

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE
INTERNACIONAL DESTINADO À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DAS
CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E DE FUNCIONAMENTO DO INTERCETOR
GERAL DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA COSTA DO
ESTORIL**

TA_23_059_PQ_S_002_DMA

CADERNO DE ENCARGOS

julho 2023

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar para **“Prestação de Serviços para a Inspeção e Avaliação das Condições Estruturais e de Funcionamento do Intercetor Geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril”**, nos termos e conforme os requisitos e especificações técnicas constantes do **Anexo I** ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) concorrente(s), e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e seus Anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo concorrente;
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo Contratual

O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, considerando-se outorgado na última data de aposição de assinatura e mantendo-se em vigor pelo prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.ª

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivo anexo, que delem faz parte integrante constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Prestar os serviços e entregar os respetivos relatórios de acordo com as especificações técnicas constantes do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos;
 - b) Cumprir as condições fixadas para a execução da Prestação de Serviços, sob a ação fiscalizadora da Tejo Atlântico;
 - c) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
 - d) Proceder à entrega dos documentos correspondentes à Prestação de Serviços, de acordo com os prazos contratualizados;
 - e) Prestar as informações que forem solicitadas pela Tejo Atlântico;
 - f) Realizar todos os trabalhos incluídos na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;

- g) Comunicar à Tejo Atlântico todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, dentro das 24 horas seguintes à sua ocorrência;
 - h) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que possível, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
 - i) Garantir a segurança dos trabalhadores, assim como das pessoas empregadas, a qualquer título;
 - j) Entregar uma declaração, caso a prestação de serviços não origine resíduos
 - k) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis e as constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no site da empresa: https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf, bem como o que respeita à gestão de resíduos, ficando o responsável pela adaptação e implementação do PPGRCD, incluindo as demais obrigações daí decorrentes.
2. Correm ainda, por conta do Cocontratante, os seguintes custos e responsabilidades:
- a) Reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao Cocontratante e que não resultem da própria natureza da Prestação de Serviços, sejam sofridos por terceiros até à conclusão dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do Cocontratante ou dos seus subcontratados, fornecedores e tarefeiros e do deficiente comportamento ou da falta de segurança dos trabalhos, materiais e equipamentos;
 - b) A execução completa dos trabalhos abrangidos pelo Contrato, de acordo com a melhor técnica e regras da arte e de harmonia com as condições expressas neste Caderno de Encargos, com as instruções dos fabricantes e com as disposições legais aplicáveis;
 - c) As operações de limpeza final dos locais da Prestação de Serviços;
 - d) O reforço dos meios de ação necessários para recuperação de atrasos;
 - e) As medidas necessárias para evitar ou minimizar os incómodos à população residente na vizinhança do local da Prestação de Serviços e aos utilizadores desses espaços, quando os trabalhos forem executados nas proximidades de lugares habitados, ou em vias públicas;
 - f) Todas as licenças e autorizações necessárias à execução da Prestação de Serviços, em particular no que diz respeito à ocupação de via pública, incluindo o fornecimento e colocação de sinalização de trânsito e a mobilização de policiamento.

3. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Prestação simultânea de outros serviços da mesma natureza no local da prestação de serviços

1. A Tejo Atlântico reserva-se no direito de realizar ou de mandar realizar por terceiros, sem prejuízo do andamento normal do Contrato, quaisquer serviços, ainda que de natureza idêntica aos serviços a cargo do Cocontratante.
2. Quando o Cocontratante considerar que o desempenho das suas obrigações contratuais está a ser comprovadamente prejudicado em virtude da prestação de serviços por terceiros poderá apresentar a sua reclamação por escrito à Tejo Atlântico no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias a contar da data da ocorrência.

Cláusula 6.ª

Condições da Prestação de Serviços

1. O Cocontratante é obrigado a manter a harmonia e a boa ordem nos locais de trabalho.
2. Segurança e Saúde no Trabalho:
 - a) O Cocontratante obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, relativamente a todo o pessoal empregado em obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores, subempreiteiros e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações;
 - b) O Cocontratante é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho. ~~ou de doença profissional.~~

- c) O Cocontratante apresentará, antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que a Tejo Atlântico o solicite ou a fiscalização o exija, apólices de seguro de acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na Prestação de Serviços.
- d) Das apólices constará uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da Prestação de Serviços e ainda que, em caso de impossibilidade de tal cumprir por denegação no decurso desse prazo, a sua validade só terminará 30 (trinta) dias úteis depois de ter sido feita à Tejo Atlântico a respetiva comunicação.

Cláusula 7.^a

Forma da Prestação do Serviço

1. No âmbito da execução do Contrato, o Cocontratante fica obrigado a manter, sempre que para tal seja convocado, reuniões de coordenação com os representantes da Tejo Atlântico, das quais serão lavradas as atas, pelo representante da Tejo Atlântico responsável pela gestão do Contrato, a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. No final da execução do contrato, o Cocontratante deve elaborar um relatório final, discriminando e detalhando as ações desenvolvidas e os dados recolhidos em fase de execução da prestação dos serviços e os resultados da avaliação das condições estruturais e de funcionamento do Intercetor Geral do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, e propondo as ações que considere adequadas para solucionar as deficiências detetadas.
3. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 8.^a

Patentes, Licenças, Marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1. Serão inteiramente de conta do Cocontratante os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução da Prestação de Serviços, de equipamentos, de materiais ou de processos e tecnologias a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2. Se a Tejo Atlântico vier a ser demandada por infração, na execução dos trabalhos, de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Cocontratante indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, deva suportar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 9.ª

Plano de trabalhos e Plano de pagamento

1. No prazo de 14 (*catorze*) dias, contados a partir da data de entrada em vigor do Contrato, deverá o Cocontratante apresentar o Plano de Trabalhos e o respetivo Plano de Pagamentos definitivos, observando na sua elaboração a metodologia fixada neste Caderno de Encargos, vigorando até lá o apresentado com a Proposta.

2. O Plano de Trabalhos deverá, nomeadamente:

- a) Definir com precisão as datas de início e de conclusão da Prestação de Serviços, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho e a unidade de tempo que serve de base à programação, no respeito pelo prazo de execução dos serviços contratualmente estabelecidos;
- b) Especificar os meios com que o Cocontratante se propõe executar os trabalhos;
- c) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da Prestação de Serviços;
- d) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da Prestação de Serviços, contendo a sua repartição por frente de trabalho e indicando os rendimentos a obter em cada frente, com base nos rendimentos médios dos equipamentos;
- e) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não neste Caderno de Encargos, que serão mobilizados para a realização da Prestação de Serviços.

3. O Plano de Pagamentos, que terá em atenção o Mapa de Trabalhos da Prestação de Serviços (conforme **Anexo II** deste Caderno de Encargos), deverá conter a previsão, quantificada e

escalonada no tempo, do valor dos serviços a prestar pelo Cocontratante, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pela Tejo Atlântico, de acordo com o Plano de Trabalhos.

4. O Plano de Trabalhos carece de aprovação pela Tejo Atlântico, no prazo de 14 (*catorze*) dias após a notificação do mesmo pelo Cocontratante, equivalendo o silêncio a aceitação.

Cláusula 10.ª

Informações preliminares sobre o local da execução do contrato

1. Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no Contrato, entende-se que o Cocontratante se inteirou localmente das condições aparentes de realização dos trabalhos referentes à Prestação de Serviços e do Plano de Segurança Interno da Instalação
2. O Cocontratante será, assim, responsável por, designadamente, verificar:
 - a) A dificuldade de aceder ao local devido a problemas de tráfego; estas situações deverão ser acauteladas com desvios de trânsito adequados e/ou eventual policiamento, cujos encargos decorrem por conta do Cocontratante, nomeadamente com licenças, sinalização temporária, apoio policial, entre outros afins;
 - b) Os riscos para a segurança dos trabalhadores na prestação dos serviços devido às condições oferecidas pela existência de atmosfera tóxica; nesta situação deverá o Cocontratante promover a ventilação do troço em causa previamente aos trabalhos, e manter a monitorização de gases durante a sua execução, efetuando os necessários registos de qualidade para avaliação ou fiscalização futura.
3. O Cocontratante deve assegurar-se de que as condições locais, nas quais baseou a sua Proposta para a execução da Prestação de Serviços, se confirmam. Nenhuma eventual diferença constituirá fundamento de reclamação para trabalhos não previstos.

Cláusula 11.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 14 (*catorze*) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do Contrato, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos

reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na verificação a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a verificação a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do presente caderno de encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova verificação, nos termos do n.º 1.
6. Caso a verificação a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante, com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias no que respeita ao definido no **Anexo I** ao presente caderno de encargos, e que dele faz parte integrante, a Tejo Atlântico dá por aceite os serviços realizados, dando conhecimento ao Cocontratante.

Cláusula 12.ª

Transferência de propriedade

1. Com a aprovação dos elementos a que se refere a Cláusula 11ª, ocorre a transferência de posse e da propriedade para a Tejo Atlântico dos elementos a desenvolver pelo Cocontratante ao abrigo do Contrato, incluindo todos os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela transmissão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 13.^a

Conformidade e Garantia Técnica

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Tejo Atlântico ao abrigo do Contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 14.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções do Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita do Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato ao Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato o Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda,

alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o Tejo Atlântico:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir o Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 16.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico;

2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 17.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 18.^a

Dever de cooperação

- I. O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
 - b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 19.^a

Preço base e preço contratual

1. O preço contratual não pode ser superior a **1.000.000,00 €** (*um milhão de euros*).
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao

Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 20.^a

Condições de pagamento

1. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de faturas acompanhadas de elementos justificativos, tendo por referência os preços unitários identificados no mapa de trabalhos da proposta adjudicada. As faturas corresponderão ao valor dos serviços prestados, atendendo ao plano de pagamentos aprovado pela Tejo Atlântico.
2. A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a realização dos serviços, em cumprimento com disposto no Anexo I e na cláusula 4.^a do presente caderno de encargos.
4. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico, não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.

7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 21.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida, nos termos do n.º I da cláusula anterior;
 - b) Indicar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - c) Discriminar os serviços prestados e o respetivo valor;
 - d) Indicar o IVA à Taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>;
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora;
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 22.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:
 - Gestor do contrato: João Santos Silva
 - Morada: Fábrica de Água da Costa do Estoril - E.N.247 | 2750-642 Cascais
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 23.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante, no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída,

considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 24.^a

Sanções contratuais

- I. Sem prejuízo de outras previstas no CCP, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento dos prazos emergentes do contrato:
 - i. Uma fração de 1/500 (*um sobre quinhentos*) do Preço Contratual, no primeiro período de 30 (trinta) dias;
 - ii. Em cada período subsequente de igual duração, a sanção sofrerá um acréscimo de 1/1000 (*um sobre mil*) do Preço Contratual sobre o preço resultante da aplicação da sanção supra.
 - b) Nas situações em que, sem autorização da Tejo Atlântico, o Cocontratante proceder à alteração da constituição da equipa técnica ou incumprir nos tempos de afetação propostos, poderá ser-lhe aplicada uma penalidade de até 5% (*cinco por cento*) do Preço Contratual, consoante a gravidade da situação. Esta sanção é cumulável com as sanções acima referidas.

2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo do n.º I, relativamente aos serviços objeto do contrato, cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
6. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 25.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante, das suas obrigações contratuais, fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 26.^a

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente caderno de encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso superior a 70 (setenta) dias consecutivos, na prestação de serviços;
 - b) Pela recusa na prestação de serviço;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Tejo Atlântico.

Cláusula 27.ª

Resolução por parte do Cocontratante

- 1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 28.ª

Seguros

- 1. É da responsabilidade do Cocontratante, a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
 - a) Seguro de Responsabilidade Civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
 - b) Seguro de Acidentes de Trabalho, por parte da dos membros da equipa a afetar à execução do contrato.
- 2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 29.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 30.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, entre o Gestor designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na cláusula 22.^a do presente Caderno de Encargos e o Cocontratante, para os contatos identificados em declaração do Cocontratante, nos termos do Anexo IX do Convite.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 31.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 32.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 33.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

ANEXO I

Características e Especificações Técnicas da Prestação de Serviços

I. OBJECTO E ÂMBITO DO SERVIÇO

I.1. Serviços a Prestar

I.1.1. A Prestação de Serviços tem por objeto a inspeção integral do Intercetor Geral do SSCE, incluindo câmaras de visita, a avaliação das suas condições estruturais e de funcionamento, incluindo recomendações de todas as ações de manutenção corretiva que se concluem necessárias.

I.1.2. Em conformidade com este Caderno de Encargos, os serviços a prestar são os seguintes:

a) Quanto à inspeção:

- a.1 Inspeção integral do Intercetor Geral do SSCE, com cerca de 25 km de extensão e diâmetros compreendidos entre 800 mm e 2500 mm;
- a.2 Inspeção integral das câmaras de visita do Intercetor Geral do SSCE, com alturas variáveis entre cerca de 2 m e cerca de 30 m;
- a.3 Elaboração de relatórios exaustivos de todas as ações desenvolvidas e dados recolhidos, possibilitando a integração destes com o Sistema de Informação Geográfica da Tejo Atlântico.

b) Quanto à avaliação:

- b.1 Avaliação das condições de operação, de manutenção e estruturais do Intercetor Geral do SSCE e das suas câmaras de visita;
- b.2 Recomendações de todas as ações de manutenção corretiva que se concluem necessárias realizar a curto, médio e longo prazo;
- b.3 Relatório Final da Prestação de Serviços.

c) Estudo de Avaliação da Infraestrutura Intercetor Geral do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, quanto à corrosão na parede interior do intercetor:

c.1) Objetivos:

- Monitorizar a concentração de H₂S em vários pontos do Intercetor;
- Realizar medições de campo com vista a determinar o tipo e profundidade da corrosão na parede do Intercetor;
- Determinar a espessura da parede do Intercetor ainda livre do efeito da corrosão;
- Desenvolvimento do modelo de geração de sulfureto e taxa de corrosão ao longo do Intercetor;
- Estimar o potencial de corrosão, taxa de corrosão atual e a vida útil expectável do Intercetor;
- Identificar e quantificar tarefas de reabilitação
- Lista de possíveis opções de reabilitação
- Identificação e avaliação de futuras medidas de controlo da corrosão e formas de redução do potencial de corrosão no interior do Intercetor

c.2) O relatório deste trabalho será integrado no relatório geral da avaliação da infraestrutura, onde serão tidos em conta todos os dados disponíveis: inspeção vídeo CCTV e avaliação da corrosão no interior do Intercetor (assim considera-se não haver necessidade de um relatório separado exclusivo para este trabalho)

c.3) Metodologia dos Trabalhos a Desenvolver

- a) Inspeção presencial das paredes interiores do Intercetor em 6 a 8 locais distintos. Recolha de amostras do betão corroído e não corroído nos vários locais. Idem para pelo menos um local sem efeito da corrosão, para ser utilizado como referência.
- b) Os dados da inspeção CCTV, serão usados na seleção dos locais, bem como o seu grau de representatividade.
- c) Determinação da capacidade estrutural e necessidades de reabilitação.
- d) Campanha de medição continua durante 2 semanas da concentração de H₂S em 8 locais. Análise e carregamento dos dados obtidos.

- e) Recolha de amostras nos 8 locais selecionados no início e final da campanha de 2 semanas. Para cada amostra serão determinados:
 - Sulfureto dissolvido
 - CBO5
 - Sólidos em Suspensão Totais
 - Oxigénio dissolvido
 - Temperatura da água
 - pH
- f) Recolha e compilação de dados de caudal ao longo do Intercetor (atuais)
- g) Recolha de dados de caudal, nível e velocidade durante as duas semanas da campanha de avaliação.
- h) Desenvolvimento e operação de um modelo de geração de sulfureto para a configuração atual do Intercetor. O modelo será utilizado noutros cenários, com a adoção de medidas preventivas de corrosão e caudais futuros.
- i) Revisão dos dados de campo e obtidos através do modelo. Elaboração de um relatório parcial a ser integrado no relatório global da avaliação do Intercetor. Este relatório parcial incidirá sobre:
 - Estimativa da taxa de corrosão e capacidade estrutural residual
 - Estimativa do potencial de corrosão a curto e longo prazo
 - Apresentação de soluções e respetivos constrangimentos para minimização e otimização do potencial de corrosão, nomeadamente na alteração do modo de operação do Intercetor ou através da adição de químicos.
 - Necessidades de reabilitação (a curto e longo prazo), incluindo o tipo de reabilitação, o timing adequado e respetiva estimativa de custos.
 - Ações preventivas e corretivas a curto e médio prazo

I.1.3. Nos **Anexos III e IV** consta o cadastro existente das infraestruturas a inspecionar e a avaliar nos termos deste Caderno de Encargos.

I.1.4. Os serviços a que respeita este Caderno de Encargos estarão sob a direção de um Representante da Tejo Atlântico, que será o interlocutor entre o Diretor Técnico da Prestação de Serviços do Cocontratante e a Tejo Atlântico.

I.2. Condições Técnicas de Execução

I.2.1. Em caso algum o Intercetor Geral do SSCE poderá ser colocado, total ou parcialmente, fora de serviço, ou o seu bom funcionamento afetado devido à Prestação de Serviços.

I.2.2. O Intercetor Geral do SSCE transporta águas residuais urbanas

Entende-se por águas residuais urbanas as águas residuais domésticas ou águas resultantes da mistura destas com águas residuais industriais ou com águas pluviais.

I.2.3. A inspeção será efetuada em condições normais de operação do Intercetor Geral do SSCE, não havendo lugar a qualquer tipo de limpeza prévia ou desvios de caudais.

I.2.4. Os troços de coletor do Intercetor Geral do SSCE não são visitáveis.

I.2.5. Os trabalhos de inspeção, ou quaisquer outros inerentes à Prestação de Serviços, poderão ter de ser realizados em período noturno e/ou em dias de descanso, em função do caudal transportado pelo Intercetor Geral do SSCE, não podendo, por esse motivo, ser pago ao Cocontratante qualquer montante para além do Preço Contratual.

No **ANEXO V** encontra-se informação sobre o caudal transportado pelo Intercetor Geral do SSCE em tempo seco.

Esta informação não vincula, de modo nenhum, a Tejo Atlântico, destinando-se apenas a dar uma orientação aos concorrentes em relação aos níveis e velocidades de escoamento característicos.

I.2.6. Se, por motivo de força maior, o Cocontratante não puder, temporariamente, executar os trabalhos de inspeção, a Tejo Atlântico não pagará, a título de compensação por essa paralisação, qualquer montante para além do Preço Contratual.

I.2.7. O comprimento máximo de coletor a inspecionar entre câmaras de visita é de cerca de 2000 m.

I.2.8. A inspeção integral do Intercetor Geral do SSCE será realizada com recurso à combinação das tecnologias e equipamentos CCTV (câmara de alta resolução, a cores, com zoom digital e total mobilidade) e Sonar (transdutor de alta frequência com total mobilidade) e outras que permitam obter idênticos resultados.

I.2.9. A recolha de imagens será simultânea, perfeitamente coordenada e sincronizada entre os vários tipos de equipamento, e contínua,

As imagens serão gravadas para posterior visionamento.

I.2.10. O Representante da Tejo Atlântico poderá, a qualquer momento, solicitar o visionamento em tempo real das imagens obtidas durante a inspeção.

I.2.11. A velocidade de progressão do equipamento de inspeção não deverá ultrapassar os 0,10 m/s.

I.2.12. A frequência do Sonar deverá ser tal que revele todas as irregularidades e descontinuidades das superfícies submersas do Intercetor Geral do SSCE, bem como os depósitos de sedimentos, e forneça informação sobre as suas condições estruturais.

I.2.13. A inspeção integral das câmaras de visita do Intercetor Geral do SSCE será efetuada de acordo com uma *checklist* a elaborar pelo Cocontratante e a aprovar pela Tejo Atlântico, incidindo, nomeadamente, sobre os seguintes aspetos:

- a) Recolha de imagens fotográficas e/ou vídeo;
- b) Condições estruturais;
- c) Condições hidráulicas;
- d) Segurança.

I.2.14. A codificação da informação recolhida relativamente aos troços de coletor e às câmaras de visita inspecionados, no que for aplicável e sem prejuízo do disposto neste Caderno de Encargos, será efetuada em conformidade com a EN 13508-2:2003+A1:2011

I.2.15. A classificação do estado estrutural do troço de I.G. inspecionado e das câmaras de visita, será feita com base na metodologia da WRc-2001 (“*Manual of Sewer Condition Classification 4th Edition*” (MSCC)).

I.2.16. Registo em base de dados em ficheiro .db3, das anomalias detetadas, de acordo com a codificação definida na norma EN-13508/2, de 2003, relacionando, de forma unívoca, os troços de coletor inspecionados com os vídeos realizados, e que permita a sua integração no sistema de informação geográfica da Tejo Atlântico (Arcgis);

I.2.17. A inspeção terá de ser realizada de forma a se obter um vídeo por cada troço, sendo cada troço definido por uma câmara de visita inicial e uma câmara de visita final, sem conter câmaras de visita intermédias.

I.2.18. O equipamento de inspeção vídeo deverá utilizar a aplicação WinCan para a recolha da informação, ou outra equivalente, desde que garanta a possibilidade da integração das bases de dados da aplicação no sistema de informação geográfica (SIG) da Tejo Atlântico:

- Registo em base de dados em ficheiro “.db3”, das anomalias detetadas, de acordo com a codificação definida na norma EN-13508/2, de 2003;
- Ficheiros de vídeo das inspeções em formato MPEG4 (designação atribuída para um grupo de padrões de codificação de som e vídeo e tecnologia relacionada, de acordo com a ISO/IEC, Moving Picture Experts Group – MPEG);
- Ficheiros das fotografias de cada observação em formato JPEG (designação atribuída para um grupo de padrões de codificação de imagem, de acordo com standard RFC 1341, Joint Photographic Experts Group – JPEG);
- Registo em base de dados em ficheiro “.db3”, do local da observação, da distância à origem e da contagem do tempo na inspeção;
- Registo em base de dados em ficheiro “.db3”, da classificação de cada uma das anomalias detetadas;
- Registo em base de dados em ficheiro “.db3”, da classificação final do estado estrutural do troço inspecionado;
- Relatório em PDF (Portable Document Format), com o resumo da inspeção ao troço.
- Ficheiro Shapefile com toda a informação georreferenciada e com preenchimento dos atributos constantes na inspeção efetuada, tais como:
 - Diâmetro;
 - Material;
 - Inclinação;
 - Anomalias detetadas;
 - Classificação do estado estrutural do troço de I.G. inspecionado e das câmaras de visita, efetuada com base na metodologia da WRc-2001 (“Manual of Sewer Condition Classification 4th Edition” (MSCC)).

I.2.19. No que diz respeito à inspeção, relativamente à condição estrutural identificada, os dados deverão ser facultados em formato MS Excel.

I.2.20. A base de dados em ficheiro “.db3” deverá evidenciar de forma unívoca os incidentes identificados durante a inspeção de um troço de coletor, respeitando sempre o disposto no I.2.14.

I.2.21. A nomenclatura a atribuir na denominação dos vídeos deverá ser normalizada e estar em consonância com as designações do código Patrimonial dos troços inspecionados.

I.2.22. A base de dados, bem como os vídeos produzidos, serão propriedade exclusiva da Tejo Atlântico.

I.2.23. Para a execução da Prestação de Serviços, caberá ao Cocontratante, e apenas a este, assegurar todos os meios para o acesso dos equipamentos e trabalhadores ao interior do Intercetor Geral do SSCE e respetivas câmaras de visita.

Consideram-se incluídos no Preço Contratual todos e quaisquer trabalhos preparatórios que o Cocontratante entenda necessários para permitir esse acesso.

Esses trabalhos preparatórios eventuais, carecendo os mesmos, em qualquer caso, da autorização pontual da Tejo Atlântico para a sua realização.

I.2.24. A metodologia para a avaliação das condições de operação, de manutenção e estruturais do Intercetor Geral do SSCE e das suas câmaras de visita, terá por base a codificação/classificação a efetuar nos termos do I.2.14 , I.2.15 e I.2.18.

I.2.25. O Relatório Final da Prestação de Serviços incluirá as conclusões e recomendações decorrentes da avaliação das condições de operação, de manutenção e estruturais do Intercetor Geral do SSCE e das suas câmaras de visita, bem como recomendações de todas as ações de manutenção corretiva que se concluam necessárias realizar a curto, médio e longo prazo.

2. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

- 2.1. O Cocontratante deverá ter em conta a legislação vigente e aplicável em matéria de SHST, nomeadamente, a lei n.º 3/2014 que procede à segunda alteração à 102/2009, de 10 de setembro e o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro. Eventuais alterações ou substituições da legislação que venham a ocorrer após o lançamento do concurso e durante a vigência do Contrato, determinam a adequação à nova situação no prazo máximo de um mês da ocorrência, sem prejuízo da aplicação da legislação alterada dever ser implementada nos prazos estabelecidos para a sua entrada em vigor.
- 2.2. O Cocontratante obriga-se a proceder à identificação de perigos e à avaliação e ao controlo dos riscos para a SHST através da elaboração e implementação de uma **Ficha de Procedimento de Segurança** (FPS), que carece de aprovação pela Tejo Atlântico.
- 2.3. Para além das medidas de proteção e segurança específicas de cada tipo de trabalho a executar, o Cocontratante, a seu encargo, deverá informar e formar todos os trabalhadores dos métodos de trabalho e dos riscos que podem ocorrer durante a Prestação de Serviços, assim como das medidas de segurança a respeitar, apresentando os respetivos registos da formação à coordenação de segurança em obra e arquivando na FPS.
- 2.4. Para o desenvolvimento da FPS, o Cocontratante tem de apresentar todos os elementos que venham a ser exigidos e, nomeadamente, os que sejam considerados importantes para planear os trabalhos e/ou para garantir a segurança ou preservar a saúde dos trabalhadores, designadamente: procedimentos específicos no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, Planos de Monitorização e de Prevenção, Instruções de Trabalho, Planos de Formação e Informação (de acordo com o estabelecido na-FPS).
- 2.5. No prazo de 14 (*catorze*) dias contados a partir da data da assinatura do Contrato, o Cocontratante tem que submeter à validação da Tejo Atlântico a FPS referido em 2.2, o qual deverá integrar, no mínimo, os elementos referidos anteriormente. Não fica de qualquer modo prejudicado que o Cocontratante desde logo e até validação e aprovação da Tejo Atlântico, proceda à implementação do previsto na sua FPS, podendo aquela determinar em qualquer momento as alterações que entender necessárias.
- 2.6. Sem prejuízo das competências e responsabilidades atribuídas por lei, o Cocontratante obriga-se a cumprir e a fazer cumprir pelos seus subcontratados e sucessiva cadeia de subcontratação,

o estabelecido na FPS e documentos complementares, assim como atender e respeitar todas as indicações da Tejo Atlântico.

- 2.7. A Tejo Atlântico reserva-se o direito de, em qualquer momento, poder determinar a reformulação de quaisquer aspetos da FPS, incluindo a criação de novos registos. Essa reformulação tem que ser efetuada pelo Cocontratante no prazo de 11 (onze) dias, caso não venha a ser acordado outro prazo.
- 2.8. É responsabilidade do Cocontratante manter em permanência, em bom estado de organização e arrumação, os originais de todos os documentos do âmbito da FPS.
- 2.9. Todos os documentos do âmbito da FPS serão entregues pelo Cocontratante à Tejo Atlântico aquando da conclusão dos trabalhos. Essa entrega será feita em suporte de papel e informático.
- 2.10. A Tejo Atlântico tem, em qualquer momento, direito de acesso a toda a documentação e registos da FPS, podendo solicitar cópias dessa documentação e registos, no todo ou em partes, em suporte de papel e/ou informático. A documentação solicitada deve ser fornecida, sempre que possível, no momento do pedido, ou no prazo máximo de uma semana caso se trate de volumes de informação que exijam mais tempo.
- 2.11. O Cocontratante deverá manter em funções o Técnico Responsável pela Segurança durante a realização do serviço (Técnico Superior de SHST), aceite pela Tejo Atlântico, o qual será responsável pela elaboração e implementação da Ficha de Procedimento de Segurança, possuindo as qualificações de acordo com o especificado na alínea e) do n.º 4.3.2. O Cocontratante não poderá substituir esse Técnico, sem o consentimento expresso da Tejo Atlântico e aprovação de novo elemento. A Tejo Atlântico poderá em qualquer momento determinar a substituição do Técnico, nomeadamente, se verificar que não possui experiência para a função, revelar falta de dedicação e/ou empenho, ou por qualquer outra circunstância justificada.
- 2.12. O Cocontratante obriga-se a empregar todos os meios materiais e humanos necessários para uma efetiva e correta implementação do preconizado na FPS em vigor em qualquer momento da vigência do Contrato, considerando-se estes custos para todos os efeitos incluídos no Preço Contratual.
- 2.13. No âmbito da FPS, o Cocontratante fica sujeito ao cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares em vigor sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.

- 2.14. O Cocontratante é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na Prestação de Serviços e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
- 2.15. Especificamente, o Cocontratante deverá garantir que o pessoal que executa os trabalhos, designadamente os que possam ter impacto na SHST do local de trabalho, é competente e responsável. A competência deve ser definida em termos de formação profissional e de experiência apropriada comprovada à coordenação de segurança.
- 2.16. O Cocontratante deve promover a realização de exames de saúde adequados a comprovar e a avaliar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da atividade, bem como a repercussão desta e das condições em que é prestada na saúde do mesmo.
- 2.17. O Cocontratante responderá plenamente pela observância das condições estabelecidas nos números anteriores relativamente a todo o pessoal empregado, incluindo o pessoal dos subcontratados.
- 2.18. Respeitando o apresentado na FPS, quanto a prazos de comunicação de acidentes, o Cocontratante obriga-se a informar, a coordenação de segurança em obra no prazo de 24 (vinte e quatro) horas qualquer ocorrência de acidente de trabalho de que resulte a morte ou a lesão traumatológica de qualquer pessoa em serviço na Prestação de Serviços.
- 2.19. O Cocontratante é responsável pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da Prestação de Serviços, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho vigentes.
- 2.20. Em particular, o Cocontratante é responsável pela coordenação da atividade dos subcontratados, tendo em conta a natureza das atividades que cada um desenvolve, devendo ser efetuada uma cooperação adequada no sentido da proteção da segurança e saúde.
- 2.21. O Cocontratante deverá considerar a necessidade de, a seu encargo, providenciar pela existência de local(is) onde se desenvolvam atividades de apoio, devendo, nesse caso, considerar na FPS a definição das medidas de gestão e organização geral aplicáveis ao mesmo, incluindo os acessos, as circulações, a movimentação de cargas, o armazenamento de materiais, produtos e equipamentos, as instalações fixas e demais apoios à produção, as redes técnicas provisórias, a evacuação de resíduos, a sinalização e as instalações sociais.
- 2.22. Todo o equipamento que o Cocontratante prevê utilizar deverá ter características adequadas às exigências da Prestação de Serviços e satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis.

Designadamente, conter marcação de segurança adequada, o nome e o endereço do fabricante ou do importador, bem como outras informações que permitam identificar claramente os mesmos e prevenir os riscos na sua utilização.

- 2.23. As atividades deverão ser desenvolvidas considerando os requisitos legais aplicáveis em matéria de SHST, designadamente o estabelecido na FPS e no Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na Exploração dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais, aprovado pela Portaria nº 762/2002, de 1 de Julho, e as melhores práticas conhecidas no desenvolvimento de trabalhos de idêntica natureza.
- 2.24. O Cocontratante deverá assegurar, nos locais de trabalho, que as exposições aos agentes químicos, físicos e biológicos e aos fatores de risco específicos não constituem risco para a segurança e saúde do pessoal empregado na Prestação de Serviços.
- 2.25. Compete ao Cocontratante o fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) dos elementos afetos à Prestação de Serviços, em conformidade com a FPS. Estes equipamentos deverão ser preferencialmente novos e obedecer às normas legais em vigor sobre esta matéria.
- 2.26. A Tejo Atlântico poderá, a expensas do Cocontratante, exigir a aplicação de qualquer equipamento de proteção coletiva ou individual que se revele necessário para a melhoria da segurança e saúde no trabalho.
- 2.27. Para além das medidas de proteção e segurança específicas de cada tipo de trabalho a executar o Cocontratante, a seu encargo, deverá delimitar, por sinalização temporária, os trabalhos e obstáculos na via pública, com recurso a sinais verticais, horizontais e luminosos, bem como a dispositivos complementares; os sinais verticais e os dispositivos complementares devem ser de material retrorrefletor. A sinalização temporária referida deverá ser mantida em permanente funcionamento, incluindo em horário noturno, fins-de-semana e feriados.
- 2.28. A execução de trabalhos na via pública conforme referido na alínea anterior serão sempre objeto de autorização prévia da respetiva Câmara Municipal, devendo sempre ser respeitados os condicionamentos por ela impostos, tanto no que respeita à sinalização dos trabalhos, como ao eventual policiamento dos mesmos, não decorrendo para a Tejo Atlântico por esse facto quaisquer encargos adicionais ao valor adjudicado.
- 2.29. O Cocontratante deverá executar os trabalhos de forma a garantir convenientemente o tráfego, quer na faixa de rodagem, quer nos passeios, utilizando sinalização e as medidas de carácter provisório indispensáveis à sua Segurança e comodidade.

- 2.30. Se a Tejo Atlântico considerar, em qualquer momento, que a Segurança não está suficientemente garantida, poderá determinar que se adotem as providências convenientes e impor, até que isso seja satisfeito, a interrupção dos trabalhos.

3. PROTECÇÃO AMBIENTAL E PPGRCD

- 3.1. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre ambiente, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.
- 3.2. As tecnologias e equipamentos a utilizar deverão assegurar o integral cumprimento da legislação em vigor sobre o ruído, designadamente o Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n° 292/2000, de 3 de maio) e o Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente de Equipamento para Utilização no Exterior (Decreto-Lei n° 76/2002 de 26 de Março), ainda que, para o efeito, seja necessária a incorporação de dispositivos tendentes a reduzir o ruído produzido.
- 3.3. Sempre que os trabalhos de inspeção, ou quaisquer outros inerentes à Prestação de Serviços, sejam realizados em período noturno, os mesmos deverão salvaguardar o especificado nos diplomas referidos no número anterior.
- 3.4. Os resíduos produzidos no âmbito dos trabalhos deverão ser conduzidos pelo Cocontratante, e a cargo deste, para destino final adequado e que respeite integralmente as exigências decorrentes da legislação ambiental a esse nível. O processo de seleção do destino final a utilizar carece de análise e aprovação por parte da Tejo Atlântico.
- 3.5. A manutenção ou limpeza de qualquer equipamento do Cocontratante deverá ser efetuada em local que cumpra as boas práticas de segurança e ambiente, excetuando situações que não sejam suscetíveis de introduzir impactes ambientais negativos adicionais.
- 3.6. Durante a execução dos trabalhos, os materiais ou substâncias perigosas devem estar em recipientes adequados, corretamente acondicionados, identificados, sinalizados, com os dispositivos de proteção adequados e com as respetivas Fichas de Segurança.
- 3.7. O Cocontratante deverá tomar todas as medidas preventivas e corretivas que impeçam a deposição de qualquer tipo de resíduo, material ou equipamento, no interior do Intercetor Geral do SSCE e/ou o derrame de substâncias e ou preparações perigosas e materiais/embalagens contaminados no solo, em esgotos, redes de água, ou a respetiva colocação em contentores de lixo normal.

- 3.8. Uma vez concluída a Prestação de Serviços, o Cocontratante deverá proceder à criteriosa reposição das condições ambientais de referência ou, nos casos em que tal não seja possível, assegurar a regularização das condições ambientais da área de intervenção, de acordo com os pressupostos previamente definidos ou decorrentes da legislação e com as instruções da Tejo Atlântico e a entrega do PPGRCD

4. ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO COCONTRATANTE

4.1. Disposições Gerais

4.1.1. Compete ao Cocontratante o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver na Prestação de Serviços, em conformidade com o previsto neste Caderno de Encargos, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4.1.2. Se o Representante da Tejo Atlântico verificar que os meios utilizados pelo Cocontratante são insuficientes ou inadequados à boa execução dos trabalhos, poderá impor o seu reforço, alteração ou substituição, sem qualquer acréscimo de custo para a Tejo Atlântico.

4.2. Organização e Gestão da Informação

4.2.1. Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são cometidas.

4.2.2. O Cocontratante deverá dar, também, especial atenção à montagem e definição de todos os circuitos de informação necessários à realização de todas as suas ações, já que é objetivo geral da sua intervenção o apoio na constituição e gestão de um sistema de informação e controlo.

4.2.3. O Cocontratante deverá dispor de meios informáticos que permitam o registo de todos os dados e elementos necessários e suficientes à descrição dos trabalhos realizados. Os dados recolhidos serão disponibilizados em permanência à Tejo Atlântico, em documento impresso e suporte informático.

4.3. Meios Humanos e documentação a entregar e/ou a disponibilizar pelo Cocontratante

4.3.1. A mobilização de todos os meios humanos constantes da sua Proposta e necessários à Prestação de Serviços são da inteira responsabilidade do Cocontratante, que se obriga a garantir que os elementos da

equipa coloquem todo o seu conhecimento, zelo, competência e dedicação na realização das tarefas que lhe forem cometidas, de modo que sejam executados de acordo com as melhores práticas profissionais.

4.3.2. A equipa responsável pela execução da Prestação de Serviços deverá ser constituída, no mínimo, pelos seguintes elementos, sendo que, salvo caso de força maior, não será aceite pela Tejo Atlântico qualquer alteração da sua composição:

- a) Diretor Técnico da Prestação de Serviços – será um Engenheiro com comprovada experiência mínima de 5 (cinco) anos, com a experiência comprovada conforme b) do artigo 8º do programa de concurso;
- b) Coordenador da Inspeção – será um técnico com formação superior em engenharia (preferencialmente), com experiência mínima de 5 (cinco) anos comprovada na coordenação de trabalhos da mesma natureza da Prestação de Serviços;
- c) Responsável pela Recolha e Edição de Dados – será um técnico com experiência mínima de 5 (cinco) anos comprovada na utilização de ferramentas CAD e bases de dados, aplicadas a inspeções da mesma natureza da Prestação de Serviços, e domínio da codificação WRc;
- d) Chefe de Equipa (obrigatoriamente um por equipa) – deverá ter preparação técnica específica e experiência mínima de 3 (três) anos comprovada na operação de equipamentos de inspeção CCTV+SONAR e chefia de equipas em trabalhos da mesma natureza da Prestação de Serviços;
- e) Técnico Responsável pelo Acompanhamento de Segurança durante a realização do serviço (Técnico Superior de SHST) – Licenciado em Engenharia, Técnico Superior de SHST, reconhecido pela ACT (CAP Nível V, com cédula emitida e validada) e com experiência mínima de 5 (cinco) anos comprovada na implementação de sistemas de segurança em serviços da mesma natureza dos a serem prestados, que será o responsável pelo cumprimento das disposições contratuais e da legislação em vigor em matéria de SHST.

4.3.3. O Diretor Técnico da Prestação de Serviços terá de pertencer ao quadro técnico do Cocontratante, ou alternativamente, deverá celebrar um contrato de prestação de serviços com o Cocontratante onde assume que cumprirá escrupulosamente as obrigações de Direção Técnica da Prestação de Serviços em caso de adjudicação ao concorrente.

4.3.4. O Diretor Técnico da Prestação de Serviços é o representante do Cocontratante para efeitos do relacionamento com a Tejo Atlântico relativamente ao desenvolvimento da Prestação de Serviços.

4.3.5. Para todos os efeitos, o Diretor Técnico da Prestação de Serviços articulará a sua atividade com o Representante da Tejo Atlântico.

4.3.6. Os recursos humanos a mobilizar pelo Cocontratante deverão ser em número suficiente, de forma a garantir o cabal cumprimento do Contrato, não estando, por isso, contemplado por parte da Tejo Atlântico qualquer pagamento adicional para além Preço Contratual.

4.3.7. Considera-se incluído no Preço Contratual todo o apoio de sede técnica e administrativo que o Cocontratante entenda necessário à prestação dos serviços contratados, nomeadamente através de consultores especializados internos ou externos.

4.3.8. No caso de a equipa afeta à Prestação de Serviços não estar a corresponder em termos do cumprimento de prazos e atividades definidas neste Caderno de Encargos, poderá a Tejo Atlântico exigir o seu reforço, sem aumento do Preço Contratual.

4.3.9. Sempre que por motivo de força maior seja necessária a substituição de qualquer elemento da equipa que foi inicialmente proposta pelo Cocontratante, este proporá, de imediato, à Tejo Atlântico a sua substituição por elemento da mesma categoria, classe profissional e com uma experiência idêntica ou superior. A não substituição de qualquer elemento em falta, sem a apresentação de justificação aceitável pela Tejo Atlântico, poderá levar à aplicação das penalidades previstas no Contrato.

4.3.10. A Tejo Atlântico reserva-se no direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao Cocontratante qualquer elemento do seu pessoal que haja revelado deficiente desempenho de funções, desrespeitando o Representante da Tejo Atlântico ou seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes credenciados para o efeito na Prestação de Serviços, ou ainda provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o Cocontratante o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do elemento indicado.

4.3.11. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da celebração do contrato, o Cocontratante deve entregar a seguinte documentação a Tejo Atlântico, antes do início dos trabalhos, para ser validada pela coordenação de segurança:

- a) Documentação da empresa (Alvará, declarações de não dívida á SS e Finanças, extrato da SS com nomes);
- b) Cópias do Bilhete de Identidade/Passaporte com visto de Permanência atualizado/Autorização de Residência, quando aplicável, de todos os trabalhadores afetos à prestação de serviços;

- c) Registo de entrega de Equipamentos de Proteção Individual entregues aos trabalhadores afetos aos trabalhos;
- d) Apresentação da FPS, com evidências do cumprimento da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, nomeadamente com identificação e avaliação de riscos relativamente aos trabalhos em causa, incluindo medidas preventivas preconizadas para validação/aprovação pela Tejo Atlântico;
- e) Cópia das Fichas de Aptidão Médica de todos os trabalhadores afetos à prestação de serviços;
- f) Documentação comprovativa da subscrição de seguros contra acidentes de trabalho relativamente aos elementos da equipa a afetar à execução do contrato, designadamente a apólice;
- g) Documentação comprovativa da subscrição e recibo de pagamento de seguros de responsabilidade civil;
- h) Documentação de máquinas e equipamentos a utilizar na prestação de serviços, incluindo os registos de verificação das condições de segurança dos equipamentos de acordo com o Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro, registos de verificações/manutenções, manuais de utilização. Certificado de marcação CE.

4.4. Meios Materiais

4.4.1. Todos os meios necessários à execução da Prestação de Serviços nos termos deste Caderno de Encargos, bem como os meios de transporte, telecomunicações, informáticos, fotográficos, vídeo e outros, são da responsabilidade do Cocontratante, incluindo a sua aquisição, operação e manutenção.

4.4.2. A indicação pelo Cocontratante dos meios materiais na Proposta por si apresentada na fase de concurso não o ilibada da responsabilidade de garantir outros meios materiais adicionais, tendo em vista a garantia de qualidade da sua Prestação de Serviços. Os custos decorrentes dos eventuais meios materiais adicionais que se venham a revelar necessários serão da sua inteira responsabilidade sempre que os meios colocados em serviço se revelem insuficientes ou inadequados.

4.4.3. Serão por conta do Cocontratante todos os custos com os meios associados à prestação do serviço, nomeadamente, os relativos a instalações a construir nas zonas abrangidas pela Prestação de Serviços e a materiais e equipamentos de consumo corrente destinados ao pessoal da sua equipa.

4.4.4. Todo o equipamento que o Cocontratante prevê utilizar, em especial equipamentos de inspeção e de proteção individual e coletiva, deverá ter características adequadas às exigências da Prestação de

Serviços e ser em número suficiente para que os trabalhos se desenvolvam ao ritmo previsto no Plano de Trabalhos.

4.4.5. As despesas de alojamento, alimentação e deslocação do pessoal do Cocontratante e seus consultores serão por conta do Cocontratante.

ANEXO II

Mapa de Trabalhos

(Documento Autónomo)

ANEXO III

Troços de Coletor

(Documento Autónomo)

ANEXO IV

Câmara de Visitas

(Documento Autónomo)

ANEXO V

Hidrogramas

(Documento Autónomo)

ANEXO VI

Mapa SSCE

(Documento Autónomo)

ANEXO VII

Ficha de Procedimento de Segurança

(Documento Autónomo)

ANEXO VIII

Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD)

(Documento Autónomo)

ANEXO IX

Lista de Resíduos

(Documento Autónomo)